

**EIXO 1 - A proteção social não - contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.**

<b>N°</b>	<b>Prioridades para o município</b>	<b>Prioridades para o Estado</b>	<b>Prioridades para a União</b>
1	Execução do serviço de Proteção Social Básica em domicílio para pessoas idosas e com deficiência nos CRAS;	Ampliação do programa Primeiro Ofício para rede pública com encaminhamento prioritário para os usuários do SUAS.	Revogação da Lei 14.176/21 que trata das alterações do BPC garantindo o modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência para fins de concessão do mesmo e o retorno do atendimento presencial de socialização de informações pelo serviço social nas agências do INSS
2	Ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos. com o retorno imediato da reforma do prédio que será o Centro de Convivência para o Idoso, conforme prescrito no PPA 2018/2021.		

**EIXO 2 - Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.**

<b>N°</b>	<b>Prioridades para o município</b>	<b>Prioridades para o Estado</b>	<b>Prioridades para a União</b>
1	Criação de Lei Municipal que garanta percentual fixo no orçamento da Assistência Social, tendo como percentual mínimo de 5% sobre a receita de Arrecadação Municipal.	Ampliação do cofinanciamento estadual, conforme previsto na LOAS e NOBRH-SUAS 2012 no	Ampliação do cofinanciamento federal, garantindo regularidade do repasse conforme pactuado em nível nacional.

		que se refere a Gestão compartilhada do SUAS.	
2			
<b>EIXO 3 - Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.</b>			
<b>Nº</b>	<b>Prioridades para o município</b>	<b>Prioridades para o Estado</b>	<b>Prioridades para a União</b>
1	Garantir pactuação mínima de 5% do IGD SUAS IGD-PBF ao controle Social.	Fomentar grupos de estudos Intersetorial, espaços para diálogos e orientações diretas para a comunidade sobre a importância da participação popular com agenda sistemática nos territórios.	Garantir pactuação mínima de 5% do IGD SUAS IGD-PBF ao controle Social
2	Ampliar a divulgação dos Serviços, Projetos, Programas e Benefícios Socioassistenciais através de mídias sociais, panfletagem, rádio, tv, carro de som e demais meios de comunicações das ações específicas na comunidade, com o objetivo de maior participação da população no controle social;		
<b>EIXO 4 - Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.</b>			
<b>Nº</b>	<b>Prioridades para o município</b>	<b>Prioridades para o Estado</b>	<b>Prioridades para a União</b>
1	Realizar concurso público conforme a NOB/RH/SUAS;	Atualizar as normativas para fins de regulamentação,	Garantia do BPC para idosos (as) a partir de 60 anos e não contabilização de renda de BPC para requerimento de benefício

		manutenção e avaliação, dos Benefícios Eventuais, garantindo a concessão dos mesmos de acordo com a situação familiar por um período de até 06 meses.	para PCD na mesma família.
2	Garantir a efetivação da Gerência de Educação Permanente, conforme NOB-RHSUAS, para a construção do Plano Municipal de Educação Permanente dos Trabalhadores SUAS		
<b>EIXO 5 - Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.</b>			
<b>Nº</b>	<b>Prioridades para o município</b>	<b>Prioridades para o Estado</b>	<b>Prioridades para a União</b>
1	Criar Plano e Fundo Municipal Especifico para situações de Calamidade Pública e Emergências com benefício em pecúnia às famílias impactadas.	Criar Plano e Fundo Estadual Especifico para situações de Calamidade Pública e Emergências com benefício em pecúnia às famílias impactadas, pactuando cofinanciamento estadual para realização de diagnóstico socioterritorial das áreas de vulnerabilidade e risco do município.	Criar Plano e Fundo Federal Especifico para situações de Calamidade Pública e Emergências com benefício em pecúnia às famílias impactadas, pactuando cofinanciamento federal para realização de diagnóstico socioterritorial das áreas de vulnerabilidade e risco do município.
2	Realizar diagnóstico socioterritorial das áreas de vulnerabilidade e risco do município.		

